

Quando o sujeito indetermina o sujeito

Lígia Negri¹

1. Preliminares

A questão que pretendo discutir neste trabalho diz respeito ao apagamento do sujeito nos discursos orais ou escritos. Não estou tomando, intencionalmente, o termo 'sujeito' em sentido específico relacionado a nenhuma disciplina lingüística particular ao menos nesta primeira aproximação.

O trabalho segue basicamente duas linhas de sustentação: uma primeira que discute os recursos sintáticos disponíveis para a realização desse apagamento do sujeito gramatical com enfoque especial em um desses recursos, a saber, a indeterminação com o pronome *se*; e, uma segunda, a discussão das possíveis razões que levam o enunciador a essa estratégia.

2. As estratégias sintáticas

Os recursos sintáticos apontados pelas gramáticas para a indeterminação do sujeito são, basicamente, dois: o verbo na 3ª. pessoa do plural; e o verbo na 3ª. pessoa do singular com o pronome *se*, e a razão apontada para tal uso é a de que: "*algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento*" (Cunha & Cintra, 1985, p.125)

- (1) Contaram-me, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós.

¹ Universidade Federal do Paraná

(2) Ainda se vivia num mundo de certezas.

No entanto, há outras estratégias lingüísticas que permitem, senão a indeterminação do sujeito no sentido técnico, isto é, gramatical, a sua diluição ou apagamento discursivo. Nesse momento, faz-se necessária a explicitação do termo **sujeito**, já não se pode tomá-lo ingênua ou genericamente como 'sujeito gramatical'.

Vejam os porquê. Na caracterização gramatical apresentada acima, a concepção de sujeito é a da manifestação lexical do elemento que está, por assim dizer, numa relação de dependência com o verbo, isto é, é o elemento que determina a flexão verbal.

A questão que a gramática trata como indeterminação do sujeito parece relacionar-se, exclusivamente, com a não-explicitação de um sujeito 'lógico' na posição de sujeito gramatical - que redundaria em sujeito gramatical VAZIO e lógico indeterminado, no caso de 3^a. do plural, e em sujeito gramatical preenchido - pronome indeterminado *se* e lógico indeterminado, no caso de pronome indeterminado e verbo no singular. Portanto, o critério que a gramática tradicional parece levar em conta para considerar a indeterminação parece ser o do sujeito semântico. Talvez mais do que isso, pois o critério subjacente para caracterizar o sujeito dessa forma tem a ver com o traço de *personalidade* dos sujeitos gramaticais envolvidos. Estou me referindo aqui à célebre distinção que Benveniste (1976)² apresenta em *Natureza dos pronomes e das Estruturas das relações de pessoa no verbo*, que opõe pronomes pessoais às pessoas do discurso pelas relações de *personalidade* e de *subjetividade*. O que interessa ressaltar aqui é a diferença que esse autor estabelece entre os pronomes pessoais (que são três, e os plurais correspondentes) e as pessoas do discurso (que são duas), o que retira o pronome de terceira pessoa da categoria de 'pessoa' por este não apresentar essa natureza de **pessoa do discurso**. Não pretendo retomar aqui toda a argumentação de Benveniste a esse respeito, mas estou certa de que são essas intuições que estão

² Para uma discussão detalhada da questão, cf. Benveniste, E. (1976) *Problemas de Linguística Geral*, vol. I, SP, Ed. Nacional/Ed. da Universidade de São Paulo.

subjacentes à análise da gramática tradicional que classifica de maneira diferente sujeitos gramaticais não-realizados na superfície:

- (3) Cheguei aqui.
- (4) Fizeste os exercícios?
- (5) Entregamos os formulários.
- (6) Trouxeram os pedidos.

A análise sintática tradicional atribui a mesma análise para os três primeiros enunciados deste grupo de exemplos, isto é, a de *sujeito oculto* - oculto porque os pronomes pessoais correspondentes ao sujeito sintático podem ser recuperados pela flexão verbal. No entanto, em (6) também há um 'sujeito' recuperável pela flexão verbal - *eles*, um pronome, como nos três casos anteriores e a análise tradicional, como todos sabemos, considera esse caso, *sujeito indeterminado*. O que é diferente em (6) que leva a gramática tradicional a propor uma análise diferente para esse tipo de frase?

O critério que a gramática tradicional está utilizando nesses casos não é o mesmo para todos os casos de supressão de sujeito gramatical, no entanto isso não é explicitado por nenhum gramático. Quando o pronome sujeito recuperado pela flexão verbal é de primeira ou de segunda pessoas verbais, a análise tradicional classifica-o como *sujeito oculto*; quando o pronome a ser recuperado é de terceira pessoa (do plural preferencialmente, mas do singular também, nesse caso com outra marca superficial de indeterminação o pronome *se*) a análise tradicional considera *sujeito indeterminado*. Ora, o mecanismo de recuperação do sujeito é o mesmo em ambos os casos, isto é, a recuperação da pessoa verbal pela flexão morfológica do verbo. Portanto, a pergunta que se faz é: o que leva a essa distinção de classificação?

A única explicação possível repousa na diferente natureza dos pronomes envolvidos, a partir da análise de Benveniste. É o fato de o pronome de terceira pessoa não apresentar o traço de *personalidade*, que impede a recuperação discursiva do referente daquele pronome elidido. Recupera-se morfológicamente o sujeito sintático, mas não o referente daquela expressão. A questão, portanto, não é sintática ou semântica, mas pragmática. Já os pronomes de primeira e/ou segunda pessoas

permitem a identificação de seus referentes discursivos a cada enunciação, são eminentemente dêíticos, o que leva a gramática tradicional a tratar diferentemente essas duas elipses.

A crítica que se pode fazer nesse caso é ao fato de a gramática tradicional não explicitar esses diferentes critérios subjacentes para a classificação de sujeitos elípticos, que não só não utilizam o critério mais óbvio - a recuperação através da flexão verbal, mas também são diferentes para cada um dos pronomes envolvidos.

Feita essa ressalva com relação aos diferentes critérios para classificação, pela gramática normativa, de sujeitos elididos, vale ressaltar que mesmo no caso de sujeitos indeterminados não está explícito o critério para essa classificação. Qual é o traço que nos permite considerar um sujeito indeterminado?

Consideremos, entretanto, outras estratégias discursivas que permitem ao locutor não mencionar o sujeito 'semântico' ou 'lógico'³, como o designam algumas gramáticas, como as que ocorrem nos seguintes enunciados:

- (7) Campus do Jardim Botânico é ampliado em 9 mil metros. (UFParaná- abril/maio 2000, publicação da UFPR)
- (8) Foi aprovado o novo mínimo de 151 reais. (manchete de edição extraordinária do Jornal da Globo, 11/05/00)

De uma perspectiva discursiva, portanto, a 'indeterminação' do sujeito contempla também outras construções como por exemplo as passivas (na maioria das vezes sem manifestação do agente), em que formalmente tem-se um sujeito gramatical mas não o sujeito lógico: em (7) há um sujeito formal explícito - *Campus do Jardim Botânico* - mas não o sujeito 'lógico' responsável pela ampliação.

Seguindo essa mesma perspectiva discursiva, pode-se conjecturar porque enunciados como (8) aparecem sem a manifestação material do sujeito 'lógico', uma vez que este poderia

³ Vou utilizar aqui o termo 'sujeito lógico' na falta de um termo que melhor designe o termo responsável pelo conteúdo expresso pelo verbo. Quero evitar o termo *agente* porque o *instrumental* pode bem desempenhar esse papel semântico de uma certa 'responsabilidade' pelo processo veiculado pelo verbo.

perfeitamente coincidir com o sujeito 'lógico' de um enunciado como:

- (9) Governo apura denúncia de corrupção na Polícia Federal.

Entre (8) e (9) o que muda são as estratégias discursivas de construção do enunciado e a decisão pela manifestação ou não do sujeito material não passa pela disponibilidade de escolha na sintaxe, nem pelo "desconhecimento de quem executa a ação" como sugere a gramática. Talvez a chave que desvende esse uso esteja na segunda parte da definição gramatical - "ou por não haver interesse no seu conhecimento". Nesse caso, cabe-nos perguntar, não há interesse por parte de quem? De quem produz o enunciado ou de quem o recebe? A questão é: não é relevante para o locutário receber essa informação ou o enunciadador não tem interesse na explicitação do sujeito 'lógico'? Qualquer que seja a resposta, há de qualquer maneira aí uma 'escolha' definida ideologicamente, e - justamente por isso - qualquer que seja ela, pode-se depreender muito de quem a faz.

Em (8) não há interesse em veicular o sujeito, ou um sujeito, dado o descontentamento com o valor do novo salário mínimo, em (9), entretanto, há um valor positivo associado à apuração de corrupção, esses pesos diferentes associados a cada um dos enunciados poderiam explicar a explicitação do sujeito em (9) e não em (8).

3. Uma estratégia discursiva em foco

Como apontei no início, pretendo refletir um pouco sobre a utilização sistemática do uso do *se* indeterminado para escamotear o sujeito 'lógico/semântico'.

Esse recurso pode ser pautado, como vimos, pela recomendação gramatical, ou ainda com o intuito de garantir uma certa objetividade e/ou distanciamento, até mesmo uma certa cientificidade ao que se diz. Nesse sentido é um mecanismo bastante recorrente em textos acadêmicos e jornalísticos, por razões (mais ou menos) óbvias. Não fiz um levantamento de ocorrências, mas tenho observado de maneira bastante informal, poderia dizer até mesmo impressionista (que certamente terá que ser corroborada ou não) de que esse uso é bastante

produtivo no PB (português brasileiro) hoje, como podemos verificar através dos seguintes enunciados:

- (10) Em Brasília, na ocasião, discutiu-SE o Plano Nacional de Extensão. (pró-reitora de extensão da UFPR, oral, 11/04/2000)
- (11) Com esses resultados sendo observados e analisados, procurou-SE fazer uma reorganização do ensino de língua..... (monografia de final de curso de especialização, março/2000)
- (12) Quando os conceitos são trabalhados a partir do texto, pressupõe-SE que está SE refletindo sobre a língua. (idem)

No entanto, os exemplos que quero focalizar aqui são os retirados, basicamente, de redações que estarei chamando de 'escolares', porque produzidas gravitando em torno desse tipo de instituição, quer no processo de seleção vestibular, quer em monografia produzida em final de curso. Esse recurso de indeterminação do sujeito - sujeito enquanto responsável/afetado pelo processo expresso pelo verbo - através de substituição pelo pronome indefinido *se*, tem ocorrido com uma frequência bastante alta nesse tipo de texto. O que é interessante de observar nesses casos é que a utilização foge, muitas vezes, ao padrão culto, como podemos verificar em:

- (13) Deve-SE dar condições para os docentes e todas as pessoas em geral de SE aprenderem mais para suas vidas futuras. (redação de vestibulando 2000)

Esse enunciado parece-me exemplar do tipo de hipótese que pretendo sustentar. A primeira ocorrência enquadra-se num uso padrão e pode ser explicada seja pela caracterização gramatical, seja pela estratégia discursiva, que nesse caso convergiam à explicação gramatical de não se mencionar o sujeito porque não há interesse em nomeá-lo: ele não é relevante para a execução da sugestão proposta pelo autor do texto, ou este não tem interesse em nomear quem deve dar as condições mencionadas com o receio de comprometer-se com essa explicitação, que pode não agradar o seu 'avaliador', ou outras hipóteses dessa ordem. Nesse impasse lingüístico-existencial o enuncia-

dor faz uso de um recurso da língua e dá ao seu discurso 'um tom objetivo'.

É essa imagem de neutralidade e objetividade que esse uso conferiria que me parece ser a norteadora desse tipo de uso e de escolha. Entretanto, o segundo caso do *se* em (13) não é padrão, ao contrário desnuda a falta de domínio dessa modalidade por parte do locutor. O que levaria, então, a essa ocorrência aí?

Várias são as explicações possíveis. Poderíamos atribuir a uma falta de atenção do candidato, a um 'lapso' de escrita, a uma interpretação como reflexivo, ou a outras explicações mais ou menos plausíveis conforme a nossa criatividade.

No entanto, esse não é um exemplo isolado que possa merecer um descarte como se fosse um simples equívoco. Podemos arrolar uma série de enunciados que apresentam o mesmo tipo de generalização desse recurso:

- (14) O governo deve-SE abrir brechas para que o aprendizado da cidadania seja coletivo..... (redação de vestibulando 2000)
- (15) Se faz necessário que essa tomada de consciência seja estendida a toda a sociedade onde SE está inserida a escola....(id)
- (16) Também, o grande desinteresse que SE é observado em nossos alunos,.....(ib.)
- (17) Para um bom humor, sempre SE é possível, ver os fatos de forma positiva e engraçada. (monografia de curso de especialização em Letras, março/2000)
- (18) As pessoas não SE hesitam de tomar atitudes bizarras. (redação de vestibulando 2000)
- (19) Esse é um culto de aparências no qual as pessoas querem SE aparecer. (id.)
- (20) A atriz chilena para SE fazer aparecer resolveu chamar a atenção.(ib.)
- (21) Devemos analisar se sua aparência SE é conhecida ou SE é honesta. (ib.)

E, além desses exemplos, o mais inusitado, talvez, seja o seguinte enunciado produzido por um taxista numa dessas conversas 'meteorológicas' presentes em qualquer corrida, mas indispensável numa cidade como Curitiba. Assim, a propósito

do calor prolongado deste ano, em março, um motorista disse o seguinte:

(22) Em Curitiba, antigamente, nevava-SE muito.

4. Arriscando uma análise

Alguns desses exemplos poderiam, eventualmente, comportar uma análise do *se* como reflexivo, o enunciado (19) por exemplo, em outros ficaria um pouco forçado, mas digamos que seriam passáveis. Outros, contudo, dificilmente aceitariam essa ou outra análise que não fosse a da indeterminação do sujeito.

Alguns desses enunciados apresentam ocorrências insólitas como os que apresentam um duplo 'apagamento' do sujeito como (16) e (22):

- (16) em que a passiva ocorre sem o agente manifesto e, portanto, com o sujeito semântico já indeterminado, em que o *se* aparece como um 'reforço' dessa indefinição. Neste caso talvez pudéssemos traçar um paralelismo com o fenômeno da hipercorreção. A idealização de uma regra desse tipo poderia ser qualquer coisa como: "Para dar um caráter objetivo ao discurso elimina-se o sujeito semântico", generaliza-se, então, essa 'regra' até para os casos em que não há sujeito; e, em
- (22) em que temos um caso típico de oração sem sujeito, 'sobretaxada' com outro apagamento de sujeito. Nesse caso, apagar o quê, que já não há?

Ou, ainda, enunciados 'paradoxais' como (14) que apresentam um sujeito lexical e um processo de indeterminação:

- (14) O governo deve-SE abrir brechas....., que apresenta um sujeito gramatical claro, explícito e também uma generalização do sujeito em formato de 'máxima' - deve-se, precisa-se, cumpre-se, etc - através da utilização do *se* indeterminador. É de *se* perguntar, qual é o papel desse uso paradoxal com sujeito e indeterminador. Certamente, o papel do *se* aí não é o de indeterminador *stricto sensu*. É de *se* perguntar, ainda, se esse é um mero equívoco de quem produziu esse texto ou se essa ocorrência é motivada por alguma razão.

Além desses, há os enunciados (17) e (21) que merecem também uma reflexão particular, porque ambos apresentam um uso do expletivo indeterminador com o verbo *ser*, ainda que uma das ocorrências seja uma passiva. Mas mesmo aí pode-se interpretá-lo segundo o modelo SER X: 'é possível', 'é claro', 'é necessário', 'é conhecido', uma vez que esse participio passado pode ser interpretado pelo seu 'valor' adjetivo.

O enunciado (21) pode se constituir em um exemplo mais discutível para uma interpretação do *se* como indeterminador. A primeira ocorrência é claramente um condicional e poderíamos interpretar as duas seguintes também dessa forma. Mas, na verdade, acho que estas últimas são manifestações desse uso mais geral do indeterminador, a primeira delas mais claramente que a segunda (esta poderia admitir mais facilmente uma interpretação condicional).

Contudo, se as ocorrências de (21) podem ser eventualmente interpretadas como condicionais a de (17) não, nem a do seguinte enunciado:

- (23) Apesar de todas essas possibilidades e da abundância com que SE surge ou SE renovam, as piadas, assim como a maior parte dos textos cômicos, não habitam a escola. (monografia de curso de especialização, março/2000)
- ou ainda:
- (24) Eu gostaria que no ano 2000, tudo SE mudasse. (depoimento de adolescente, Programa Mundonick/TV, 20/06/2000)

Este enunciado apresenta sujeito expresso, vago, ainda que lexicalmente preenchido pelo quantificador universal - o locutor pode dizer *tudo* sem ter que ser levado a explicitar o que isso quer realmente dizer, problema já de longa data muito bem apontado por Pécora (1983:79)⁴, em textos dessa natureza. O enunciado ganha as tintas de um enunciado generalizante, contudo é extremamente vago porque o referente desse quantificador não é recuperável, em virtude do emprego de noções de totalidade indeterminada, segundo a classificação de Perelman,

⁴ Pécora, A. (1983) *Problemas de Redação*, S. Paulo, Martins Fontes.

retomada por Pécora. Além disso, o enunciador reforça essa 'generalização objetiva' recorrendo ao uso do *se*, novamente num processo que tange a hipercorreção.

5. Confrontando os sujeitos e arriscando uma explicação

A constatação, ou melhor, a ilação que se pode fazer a respeito do uso bastante freqüente e sistemático dessa forma de indeterminação parece dever-se a uma representação que o autor/locutor faz do padrão culto da língua.

Os trabalhos que analisam as marcas de subjetividade em textos produzidos oscilam entre uma atitude mais radical, de uma das linhas de análise do discurso francesa, que nega a presença de um sujeito e reconhece apenas a emergência de marcas ideológicas - institucionais, corporativas, de associações e similares - em cujo discurso o sujeito é sempre assujeitado, e outros que buscam identificar marcas do trabalho do sujeito no interior desses discursos histórica e ideologicamente produzidos e determinados. São representantes do segundo tipo, os tratamentos que Possenti (1988 e seguintes) tem apresentado para o sujeito e o estilo, além de algumas análises de base bakhtiniana para as apropriações discursivas, de natureza estética ou não, como a de Faraco & Negri (1998). É na esteira dessa segunda concepção, que leva em conta a heterogeneidade enunciativa mas também permite verificar marcas interdiscursivas entre o trabalho do locutor e seu discurso⁵, que eu gostaria de pensar a explicação para as ocorrências de indeterminação com *se*, apresentadas neste artigo.

Ao que parece, nas estratégias de construção do discurso dos textos que chamei de 'escolares', o autor busca apagar a sua presença através de uma forma que ateste credibilidade ao que está sendo dito. Procura, então, escamotear as marcas que permitem a sua própria identificação e busca utilizar formas mais 'objetivas' que garantam esse distanciamento como: o uso da

⁵ Estou considerando aqui um alinhamento com o que M. Pêcheux (1993) chama de AD-3, isto é, uma terceira vertente da análise do discurso francesa que reconhece um papel para o enunciador ao tematizar o discurso do outro. (M. Pêcheux, em Gadet & Hak - 1993)

terceira pessoa, de genéricos, de enunciados em forma de máximas, de quantificadores generalizantes, etc.

Esse autor passa a reconhecer a indeterminação com *se* como uma forma de prestígio, que confere uma certa objetividade discursiva em registro padrão, e amplifica esse uso, difundindo-o para todos os enunciados. Esse espraiamento generalizado do *se* indeterminado parece ser motivado, portanto, por uma representação idealizada da língua culta, o que resulta, nos casos particulares aqui analisados, em processo de hipercorreção. A falta de domínio efetivo da língua padrão leva esse indivíduo ao uso indiferenciado do mecanismo e muitas vezes ao desvio da norma.

É, portanto, a tentativa de apagar-se como sujeito que leva o autor a indeterminar o sujeito gramatical. Mas esse procedimento nos leva a um paradoxo, porque a falta de domínio da língua, em sua modalidade de maior formalidade e prestígio, leva o produtor do texto a um desvio do padrão o que revela traços da sua subjetividade. É a tentativa de diluição do sujeito gramatical que nos fornece pistas para a recuperação do sujeito discursivo. O trabalho do sujeito, a que se refere Possenti em numerosos trabalhos⁶, pode ser depreendido a partir do esforço que faz o produtor do texto para apagar o seu próprio vestígio.

O ponto que eu gostaria de ressaltar aqui portanto é que, embora as estratégias de indeterminação do sujeito sejam de natureza sintática e o seu emprego adequado deva-se também a um domínio efetivo da organização sintática das diferentes modalidades de emprego da linguagem, a explicação de seu emprego arresado não pode ser encontrada nesse nível. Não há justificativa meramente sintática que explique as ocorrências em pauta. A explicação desse uso tão corrente, conforme constatado ou constatável, só pode ser encontrada se adotarmos para tanto uma perspectiva discursiva que leve em conta não só a formação discursiva a partir da qual aquele enunciado é produzido, mas também, e principalmente, o trabalho do sujeito que o produz, claramente depreensível, justamente da sua tentativa de ocultar-se.

⁶ Para maiores detalhes, veja-se Possenti 1988, 1995 e 2000 (a sair).

Referências bibliográficas

- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*, vol. I, SP, Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- CUNHA, C. & L. CINTRA, L. F. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- FARACO, C. A. & NEGRI, L. O falante: que bicho é esse, afinal?, in *Letras*, Curitiba, 49:159-170, Editora da UFPR, 1998.
- GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- POSSENTI, S. *Discurso, Estilo e Subjetividade*, São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada, in *Alfa*, São Paulo, 39:45-55, 1995.
- Índicios de autoria. (a sair, relatório de pesquisa encaminhado ao CNPq e apresentado publicamente numa conferência em Curitiba em 17/06/2000.)